

PREGÃO ELETRÔNICO

90024/2026

PR-160/0024/26

CONTRATANTE (UASG)

(180160 – Comando de Policiamento do Interior - 5)

OBJETO

Contratação de Serviço de Manutenção de Viatura COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, conforme os TR nº 036/2026, 044/2026 e 054/2026 sendo 27 itens dividido em 06 grupos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 289.985,16

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **17/03/2026 às 09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item e por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026.

(Processo Administrativo nº 20260194549)

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo/ Polícia Militar do Estado de São Paulo por meio do(a) **Comando de Policiamento do Interior 5 – UGE 180160**, sediado(a) Avenida dos Estudantes, 1980, São José do Rio Preto/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é *Contratação de Serviço de Manutenção de Viaturas deste Grande Comando com fornecimento de peças e mão de obra*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em 27 itens, divididos em 06 grupos, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os 27 itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte **que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007**) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital*) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º

do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital*) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8.1.3.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico www.comprasnet.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. *pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;*
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio: www.comprasnet.gov.br*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no sítio eletrônico na Internet www.comprasnet.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a [assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for

situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* www.comprasnet.gov.br

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*
- 14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*
- 14.15.3. *ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;*
- 14.15.4. *ANEXO IV – Modelos referente a planilha de proposta;*
- 14.15.5. *ANEXO V – Modelo de Declaração.*

São José do Rio Preto, 27 de fevereiro de 2026

JOSÉ ROBERTO LOPES JUNIOR
CAP PM SUBSCRITOR DO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 036/2026

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 5

Processo Administrativo nº [057.00078559/2026-19](#)

Termo de Referência nº 36/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de viatura do 30º BPM/I, com o fornecimento total de mão-de-obra especializada e peças originais e/ou genuínas**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Especificação	CatSer	Siafisico	Unid Med.	Quant	Valor Unit	Valor Total
01	SERV DE MAN. VTR I30127	3565	126721	Un	1	R\$ 5.002,63	R\$ 5.002,63
02	SERV DE MAN. VTR I30131	3565	126721	Un	1	R\$ 13.382,86	R\$ 13.382,86
				VALOR TOTAL		R\$ 18.385,49	

ITEM 01 - VIATURA I-30127

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2023	PLACA: FUK7D44
CHASSIS: 9BGJP7520PB233964		PATRIMÔNIO: 223001015	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-30127	OPM: 30ºBPMI -1ª CIA/PM	
MUNICIPIO: CATANDUVA/SP	VALOR VENAL: R\$ 120.500,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 72.300,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA OLÍMPIA, Nº 97 - VL GUZZO – CATANDUVA/SP		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM LUCAS CESAR RIBEIRO OLHER			
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 5.002,49			
SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	BANDEJA LADO ESQUERDO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	TERMINAL	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	ARTICULAÇÃO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	PARAFUSO DA BANDEJA	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	AMORTECEDOR LADO ESQUERDO	
	FUNILARIA	PARALAMA LADO ESQUERDO	
	FUNILARIA	PARABARRO ESQUERDO	
PEÇAS RELACIONADAS	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	AMORTECEDOR DIANTEIRO ESQUERDO		01
	BANDEJA LADO ESQUERDO		01
	TERMINAL ESQUERDO		01
	ARTICULAÇÃO ESQUERDA		01
	PARAFUSOS DA BANDEJA		02
	PARALAMA ESQUERDO		01
	PARABAROO ESQUERDO		01

ITEM 02 - VIATURA I-30131

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2023	PLACA: FUZ-4H16
CHASSIS: 9BGJP7520PB233986		PATRIMÔNIO: 223001018	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-30131	OPM: 30ºBPMI 1ª CIA/PM	
MUNICIPIO: CATANDUVA/SP	VALOR VENAL: R\$ 120.500,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 72.300,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA OLÍMPIA, Nº 97 - VL GUZZO – CATANDUVA/SP		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM LUCAS CESAR RIBEIRO OLHER			
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 13.382,86			
SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	BANDEJA LADO ESQUERDO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	TERMINAL	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	ARTICULAÇÃO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	PARAFUSO DA BANDEJA	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	AMORTECEDOR LADO ESQUERDO	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	AGREGADO	
	TRANSMISSÃO DE AUTOMÓVEL	SEMI EIXO COMPLETO ESQUERDO	
	FUNILARIA	PARALAMA ESQUERDO	
	FUNILARIA	PARABARRO ESQUERDO	
PEÇAS RELACIONADAS	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	AMORTECEDOR DIANTEIRO ESQUERDO		01
	BANDEJA LADO ESQUERDO		01
	TERMINAL ESQUERDO		01
	ARTICULAÇÃO ESQUERDA		01
	PARAFUSOS DA BANDEJA		02
	PARALAMA ESQUERDO		01
	PARABAROO ESQUERDO		01
	SEMI EIXO COMPLETO		01
	AGREGADO		01

1.4. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.4.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Utilização de produtos que não agredem o meio ambiente;

4.1.2. Descarte regular de materiais inservíveis.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezessete) horas.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Contratada.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is), conforme item 5.3..

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência,

para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.13. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.14. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.15. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.16. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.18. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.19. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.20. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores

contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).

6.21. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.22. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.24. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.25. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.27. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.28. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado, que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.28.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.28.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.28.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.28.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.28.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS);

6.28.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.28.3 Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.28.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.28.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

6.28.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.28.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.28.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.28.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.28.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.28.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.28.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.28.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.28.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.29. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.30. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.31. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.32. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.32.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

6.32.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.32.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.33. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.34. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.36. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.37. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.37.1 O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que

identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.38. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.38.1 Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.38.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.38.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.39. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.40. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.41. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.42. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.43. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.44. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.45. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.46. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.47. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.48. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.49. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.50. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver

necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1 O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. [Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.] OU [Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (especificar a legislação que estabelece a exigência)]

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

c) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.23.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

a) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.28.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.28.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de

falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor mediano estimado total da contratação é de R\$ 18.385,49 (dezoito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...].

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante o apostilamento.

Catanduva, 10 de fevereiro de 2026.

CLAUDIO ROBERTO DA SILVA

Cb PM – Aux MOTOMEC

ANEXO I.1

TERMO DE REFERÊNCIA 044/2026

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
16º BPMI
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160
 Processo Administrativo nº 057.00074805/2026-63

1. 1.1 Contratação de serviços de manutenção de Viatura com fornecimento de mão de obra e peças e materiais originais necessários para o reparo conforme TR 044/2026 e Grupos de Viaturas, serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serv. Manut. Vtr – I-16103	3565	Unidade	1	R\$ 6.859,64	R\$ 6.859,64
2	Serv. Manut. Vtr – I-16137	3565	Unidade	1	R\$ 14.272,92	R\$ 14.272,92
3	Serv. Manut. Vtr – I-16132	3565	Unidade	1	R\$ 7.462,33	R\$ 7.462,33
4	Serv. Manut. Vtr – I-16138	3565	Unidade	1	R\$ 5.817,08	R\$ 5.817,08
5	Serv. Manut. Vtr – I-16113	3565	Unidade	1	R\$ 1.777,36	R\$ 1.777,36
6	Serv. Manut. Vtr – I-16140	3565	Unidade	1	R\$ 8.555,09	R\$ 8.555,09
7	Serv. Manut. Vtr – I-16114	3565	Unidade	1	R\$ 10.134,66	R\$ 10.134,66
8	Serv. Manut. Vtr – I-16124	3565	Unidade	1	R\$ 9.032,67	R\$ 9.032,67
9	Serv. Manut. Vtr – I-16111	3565	Unidade	1	R\$ 5.832,14	R\$ 5.832,14
10	Serv. Manut. Vtr – I-16110	3565	Unidade	1	R\$ 15.522,87	R\$ 15.522,87
11	Serv. Manut. Vtr – I-16309	3565	Unidade	1	R\$ 7.841,00	R\$ 7.841,00
12	Serv. Manut. Vtr – I-16320	3565	Unidade	1	R\$ 15.526,66	R\$ 15.526,66
13	Serv. Manut. Vtr – I-16331	3565	Unidade	1	R\$ 1.433,66	R\$ 1.433,66
14	Serv. Manut. Vtr – I-16336	3565	Unidade	1	R\$ 15.207,33	R\$ 15.207,33
15	Serv. Manut. Vtr – I-16330	3565	Unidade	1	R\$ 6.809,66	R\$ 6.809,66
16	Serv. Manut. Vtr – I-16314	3565	Unidade	1	R\$ 2.347,66	R\$ 2.347,66
17	Serv. Manut. Vtr – I-16333	3565	Unidade	1	R\$ 13.988,66	R\$ 13.988,66
18	Serv. Manut. Vtr – I-16311	3565	Unidade	1	R\$ 13.178,33	R\$ 13.178,33
19	Serv. Manut. Vtr – I-16308	3565	Unidade	1	R\$ 6.797,00	R\$ 6.797,00
20	Serv. Manut. Vtr – I-16310	3565	Unidade	1	R\$ 7.856,33	R\$ 7.856,33
21	Serv. Manut. Vtr – I-16125	3565	Unidade	1	R\$ 12.653,62	R\$ 12.653,62
					TOTAL GRUPO 01	R\$ 188.906,67

ITEM 01 - VIATURA I-16103

DADOS DA VIATURA			
MARCA:RENAULT	MODELO: DUSTER	ANO:2021	PLACA: FDX-4F42
CHASSIS: 93YHJD206NJ114462		PATRIMÔNIO: 221039398	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16103	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 83.316,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 49.989,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 6.859,64			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	TAPEÇARIA	SUBSTITUIR CARPETE MOTORISTA SUBSTITUIR BORRACHA DA PORTA DIANTEIRA E TRASEIRA
	ARREFECIMENTO	LIMPEZA SISTEMA ARREFECIMENTO SUBSTITUIR FILTRO AR MOTOR SUBSTITUIR MANGUEIRAS INF. E SUPER. DO RADIADOR SUBSTITUIR MANGUEIRA DO RESERVATÓRIO SUBSTITUIR ADITIVO SUBSTITUIR ÁGUA DESMINIRELIZADA SUBSTITUIR BRAÇADEIRAS
	FREIO	SANGRIA SISTEMA DE FREIO SUBSTITUIR DISCO SUBSTITUIR PASTILHAS SUBSTITUIR ÓLEO
	REFRIGERAÇÃO	HIGIENIZAÇÃO AR COND. FILTRO AR-CONDICIONADO
	PNEUMATICO	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO
	ALIMENTAÇÃO	SUBSTITUIR FILTRO COMBUSTIVEL SUBSTITUIR BOIA TAMQUE SUBSTITUIR JOGO DE VELAS
	ELETRICA	SUBSTITUIR BATERIA

	SUSPENSÃO	SUBSTITUIR KIT AMORT. DIANT(COXIM/BAT/COIFA) SUBSTITUIR KIT AMORT.TRAS. (BAT/COIFA)
PEÇA RELACIONAS (GENUINA ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	Quantidade
	BATERIA 60AMPERES	1
	FILTRO AR MOTOR	1
	FILTRO AR COND.	1
	FILTRO COMBUSTIVEL	1
	BORRACHA PORTA DIANT.	2
	BORRACHA PORTA TRA	2
	BOIA TANQUE	1
	MANG.INF.RADIADOR	1
	MANG.SUP.RADIADOR	1
	MANG.RESERVATORIO	1
	ADITIVO	3
	ÁGUA DESMINERALIZADA	3
	ABRACADEIRA	4
	JG. VELA	1
	KIT AMORT.DIANT. (COXIM/BAT/COIFA)	2
	KIT AMORT.TRAS. (BAT/COIFA)	2
	DISCO FREIO	2
	PASTILHA FREIO	1
	OLEO FREIO	2

ITEM 02 - VIATURA I-16137

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2023	PLACA: FXA2F71
CHASSIS: 9BGJP7520PB233651		PATRIMÔNIO: 223001000	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16137	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 14.272,92			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	PNEU AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR E INSTALAR PNEU
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR BATERIA
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL		LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO SUBSTITUIR MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR SUBSTITUIR MANGUEIRA SUP. RADIADOR SUBSTITUIR CANO ÁGUA (FLAUTA) SUBSTITUIR CANO ÁGUA SUBSTITUIR RADIADOR

	ALIMENTAÇÃO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR JOGO DE CABOS DE VELAS DE IGNIÇÃO SUBSTITUIR JOGO DE VELAS DE IGNIÇÃO LIMPAR BICOS INJETORES LIMPEZA CORPO BORBOLETA	
	SUSPENSÃO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR AMORTECEDORES E KITS DA SUSPENSÃO DIANTEIRA SUBSTITUIR BANDEJA LD E LE SUBSTITUIR BIELETA	
	TRANSMISSÃO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR COXIM DE CÂMBIO	
	REPARO EM MOTOR DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR COXIM DO MOTOR LD SUBSTITUIR COXIM DO MOTOR LE	
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO DO AUTOMÓVEL	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	
	FREIO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR DISCO E PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO SANGRIA DE FREIO	
	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL	HIGIENIZAR AR-CONDICIONADO	
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	PNEUS 205/60 R16		04
	BATERIA 50A		01
	FILTRO DE AR		01
	MANGUEIRA 3 VIA		01
	CANO D ÁGUA		01

	CANO D'ÁGUA SANT FLAUTA	01
	MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR	01
	MANGUEIRA SUP.RADIADOR	01
	ADITIVO RADIADOR	03
	ÁGUA DESMINERALIZADA	03
	ABRAÇADEIRA	06
	JOGO DE CABO DE VELAS	01
	JOGO DE VELAS	01
	AMORTECEDOR DIANT	02
	KIT AMORT.DIANT	02
	COXIM DO CÂMBIO	01
	ABRAÇADEIRA	06
	COXIM DO MOTOR LD	01
	COXIM DO MOTOR LE	01
	BANDEJA LD E LE	02
	BIELETA	02
	DISCO DE FREIO	02
	JG PASTILHA DE FREIO	01
	FLUIDO DE FREIOS DOT4 500ML	02
	RADIADOR DE RESFRIAMENTO	01

ITEM 03 - VIATURA I-16132

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2022	PLACA: FUR3H24
CHASSIS: 9BGJP7520NB176444		PATRIMÔNIO: 222010222	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16132	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MARIA BATISTA, nº. 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 7.462,33			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBS BATERIA
	CLIMATIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL		SUBS COMPRESSOR AR-COND SUBS CONDENSADOR DO AR-COND SUBS ÓLEO COMPRESSOR AR-COND FILTRO AR-CONDICIONADO KIT ANÉIS AMNG.AR COND RESISTÊNCIA VÁLVULA EXPANSÃO RECARGA DE GÁS HIGIENIZAR AR-CONDICIONADO
	MOTOR AUTOMÓVEL	DE	SUBS FILTRO DE AR DO MOTOR SUBS PROTETOR DE CÁRTER SUBS CORREIA DENTADA SUBS ROLAMENTO DA CORREIA DENTADA SUBS CORREIA DO ALTERNADOR SUBS ROLAMENTO DA CORREIA DO ALTERNADOR
	PNEUMÁTICO DE AUTOMÓVEL		RODÍZIO, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 50AMPERES		01
	FILTRO AR MOTOR		01
	COMPRESSOR AR COND.		01
	CONDENSADOR AR COND		01
	OLEO COMPRESSOR		01
	FILTRO AR-CONDICIONADO		01
	KIT ANEIS AMNG.AR COND.		01
	RESISTENCIA		01
	VALVULA EXPANSAO		01

	PROTETOR CARTER	01
	CORREIA DENTADA	01
	ROLAMENTO CORREIA DENTADA	01
	CORREIA ALTERNADOR	01
	ROLAMENTO CORREIA ALTERNADOR	01

ITEM 04 - VIATURA I-16138

DADOS DA VIATURA			
MARCA: RENAULT	MODELO: DUSTER	ANO: 2021	PLACA: FDZ4I93
CHASSIS: 93YHJD204NJ797083		PATRIMÔNIO: 221012772-H	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16138	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNADÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 70.535,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 42.321,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 5.817,08			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	SISTEMA ELÉTRICO MOTOR AUTOMÓVEL	DO DE	SUBSTITUIR BATERIA SUBSTITUIR BOIA TANQUE DE COMBUSTÍVEL
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL		MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR MANGUEIRA SUP.RADIADOR MANGUEIRA RESERVATORIO LIMPEZA SISTEMA DE ARREFECIMENTO
	ALIMENTAÇÃO DE AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR JOGO DE VELAS DE IGNIÇÃO

	SUSPENSÃO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR KITS DA SUSPENSÃO DIANTEIRA (COXIM/BAT./COIFA) SUBSTITUIR KITS DA SUSPENSÃO TRASEIRA (BAT./COIFA)	
	FREIO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR DISCOS E PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO SANGRIA DE FREIO	
	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL	HIGIENIZAÇÃO DE AR-CONDICIONADO	
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO DO AUTOMÓVEL	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 60AH		1
	FILTRO DE AR		1
	FILTRO AR-CONDICIONADO		1
	FILTRO DE COMBUSTIVEL		1
	BOIA DO TANQUE		1
	MANGUEIRA INFERIOR DO RADIADOR		1
	MANGUEIRA SUP.RADIADOR		1
	MANGUEIRA RESERVATORIO		1
	ADITIVO RADIADOR		3
	ÁGUA DESMINERALIZADA		3
	ABRAÇADEIRA		4
	JOGO DE VELAS		1
	KIT AMORT.DIANT.		2
	KIT AMORT.TRAS.		2
	DISCO DE FREIO		2
	PASTILHA DE FREIO		1
	FLUIDO DE FREIOS DOT4 500ML		2
	CARPETE MOTORISTA		1

ITEM 05 - VIATURA I-16113

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN PREMIER 1.8	ANO: 2022	PLACA: GCU9C94
CHASSIS: 9BGJP7520PB172134		PATRIMÔNIO: 222082696	
Combustível: FLEX		Prefixo: I- 16113	OPM: 16ºBPMI/1ªCIA
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP		VALOR VENAL: R\$ 85.225,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 51.135,00
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177			PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 1.777,36			
SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	SISTEMA ELÉTRICO DO MOTOR DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR BATERIA	
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR RESERVATÓRIO DE EXPANSÃO DO TAMPA DO RESERVATÓRIO SUBSTITUIR MANGUEIRA 3 VIAS SUBSTITUIR MANGUEIRA S	
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO DO AUTOMÓVEL	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 50A		1
	RESERVATORIO DE ÁGUA		1
	TAMPA DO RESERVATORIO		1
	ADITIVO		3
	ÁGUA DESMINERALIZADA		3

	MANGUEIRA 3 VIAS	1
	MANGUEIRA S	1
	ABRAÇADEIRA	4

ITEM 06 - VIATURA I-16140

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2023	PLACA: FXG4I36
CHASSIS: 9BGJP7520PB233686		PATRIMÔNIO: 223001001	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16140	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 8.555,09			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR BATERIA
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL		SUBSTITUIR RESERVATORIO DE ÁGUA RADIADOR SUBSTITUIR TAMPA DO RESERVATORIO SUBSTITUIR MANGUEIRA 3 VIA
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR AMORTECEDORES E KITS DA SUSPENSÃO DIANTEIRA (COXIM/BAT./COIFA) SUBSTITUIR BANDEJA LD E LE SUBSTITUIR KIT AMORTECEDOR TRASEIRO (BAT. /COIFA) SUBSTITUIR COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	DO	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO
	FREIO AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR DISCO E PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO SANGRIA DE FREIO

	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL	HIGIENIZAR AR-CONDICIONADO	
	REFORMA EM DE CÂMBIO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR ÓLEO DE CÂMBIO	
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 50A		01
	ÓLEO DE CÂMBIO		12
	BANDEJA LD/LE		2
	AMORTECEDOR DIANT.		1
	KIT AMORT.DIANTEIRO		2
	COXIM AMORTECEDOR TRAS		2
	KIT AMORT.TRASEIRO		2
	DISCO DE FREIO		2
	JG PASTILHA DE FREIO		1
	ABRAÇADEIRA		4
	FLUIDO DE FREIOS DOT4 500ML		2
	FILTRO DE AR		1
	FILTRO AR-CONDICIONADO		1
	RESERVATORIO DE ÁGUA RADIADOR		1
	TAMPA DO RESERVATORIO		1
	ADITIVO RADIADOR		3
	ÁGUA DESMINERALIZADA		3
	MANGUEIRA 3 VIA		1

ITEM 07 - VIATURA I-16114

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2022	PLACA: EQG-7J62
CHASSIS: 9BGJP7520PB172142		PATRIMÔNIO: 222082698	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16114	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 10.134,66			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ALIMENTAÇÃO	SUBSTITUIR BOMBA DE COMBUSTIVEL SUBSTITUIR FLAUTA COMPLETA C/BICOS INJETORES
	ELETRICO	SUBSTITUIR BATERIA 50 A
	FREIO	SUBSTITUIR DISCO DE FREIO SUBSTITUIR PASTILHAS DE FREIO SUBSTITUIR OLEO FREIO
	MOTOR	SUBSTITUIR CORREIA DENTADA SUBSTITUIR ROLAM. CORREIA DENTADA SUBSTITUIR CORREIA ALTERNADOR SUBSTITUIR ROLAM.CORREIA ALTERNADOR
	CAMBIO	SUBSTITUIR OLEO DO CAMBIO

	PNEUMATICO	ALINHAR E BALANCEAR
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	Quantidade
	BOMBA COMBUSTIVEL	1
	FLAUTA COMPLETA C/BICOS INJETORES	1
	BATERIA 50 A	1
	DISCO DE FREIO	2
	PASTILHA DE FREIO	1
	OLEO FREIO	2
	CORREIA DENTADA	1
	ROLAM. CORREIA DENTADA	1
	CORREIA ALTERNADOR	1
	ROLAM.CORREIA ALTERNADOR	1
	OLEO CAMBIO AUTOMATICO	12

ITEM 08 - VIATURA I-16124

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2019	PLACA: ELY-9456
CHASSIS: 9BGJD7520LB148926		PATRIMÔNIO: 219023507-E	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16124	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNADÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 62.260,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 37.356,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 9.032,67			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ELETRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR BATERIA

	REPARO MOTOR AUTOMÓVEL	EM DE SUBSTITUIR CORREIA DENTADA SUBSTITUIR CORREIA DO ALTERNADOR SUBSTITUIR TENSOR DA CORREIA DENTADA SUBSTITUIR TENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR SUBSTITUIR RETENTOR LATERAL DO CÂMBIO SUBSTITUIR RETENTOR DO VOLANTE SUBSTITUIR ÓLEO DE CÂMBIO RETIFICAR VOLANTE DO MOTOR	
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	DE SUBSTITUIR AMORTECEDORES E KITS DA SUSPENSÃO DIANTEIRA SUBSTITUIR KIT AMORTECEDOR TRASEIRO SUBSTITUIR COXIM AMORTECEDOR TRAS	
	FREIO AUTOMÓVEL	DE SUBSTITUIR DISCO DE FREIO DIANT. PASTILHAS DE FREIO DIANT SUBSTITUIR ÓLEO DE FREIO SANGRIA DO SISTEMA DE FREIO	
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR RESERVATÓRIO DE EXPANSÃO SUBSTITUIR TAMPA DO RESERVATORIO SUBSTITUIR MANGUEIRA DO RESERVATORIO DE ÁGUA LIMPEZA DO SIST DE ARREFECIMENTO	
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO DO AUTOMÓVEL	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 60AMPERES		01
	CORREIA DENTADA		01
	ROLAM.CORREIA DENTADA		01
	CORREIA ALTERANDOR		01
	ROLAM.CORREIA ALTERNADOR		01
	KIT EMBREAGEM C/ATUADOR		01
	RETENTOR LATERAL CAMBIO		02
	OLEO CAMBIO		03

	RETENTOR VOLANTE	01
	CILINDRO PEDAL EMBREAGEM	01
	AMORT.DIANTEIRO	02
	KIT AMORT.DIANT.(COXIM/BAT/COIFA)	02
	COXIM AMORT.TRASEIRO	02
	KIT AMORT.TRASEIRO (BAT/COIFA)	02
	DISCO FREIO	02
	PASTILHA FREIO	01
	OLEO FREIO	02
	RESERVATORIO AGUA RAD.	01
	TAMPA RESERV.	01
	ADITIVO	03
	AGUA DESMINERALIZADA	03
	MANGUEIRA 3 VIAS	01
	ABRACADEIRA	04

ITEM 09 - VIATURA I-16111

DADOS DA VIATURA			
MARCA:RENAULT	MODELO: DUSTER	ANO:2021	PLACA: GHO-6H01
CHASSIS: 93YHJD209NJ114410		PATRIMÔNIO: 221039397	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16111	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 83.316,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 49.989,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 5.832,14			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ARREFECIMENTO	LIMPEZA SISTEMA ARREFECIMENTO SUBSTITUIR FILTRO AR MOTOR SUBSTITUIR MANGUEIRAS INF. E SUPER. DO RADIADOR SUBSTITUIR MANGUEIRA DO RESERVATÓRIO SUBSTITUIR ADITIVO

		SUBSTITUIR ÁGUA DESMINIRELIZADA SUBSTITUIR BRAÇADEIRAS	
	FREIO	SANGRIA SISTEMA DE FREIO SUBSTITUIR DISCO SUBSTITUIR PASTILHAS SUBSTITUIR ÓLEO	
	REFRIGERAÇÃO	HIGIENIZAÇÃO AR COND. FILTRO AR-CONDICIONADO	
	PNEUMATICO	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	
	ALIMENTAÇÃO	SUBSTITUIR FILTRO COMBUSTIVEL SUBSTITUIR BOIA TAMQUE SUBSTITUIR JOGO DE VELAS	
	ELETRICA	SUBSTITUIR BATERIA	
	SUSPENSÃO	SUBSTITUIR KIT AMORT. DIANT(COXIM/BAT/COIFA) SUBSTITUIR KIT AMORT.TRAS. (BAT/COIFA)	
	TAPEÇARIA	SUBSTITUIR CARPETE MOTORISTA	
PEÇA RELACIONAS (GENUINA ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 60AMPERES		1
	FILTRO AR MOTOR		1
	FILTRO AR COND.		1
	FILTRO COMBUSTIVEL		1
	BOIA TANQUE		1
	MANG.INF.RADIADOR		1
	MANG.SUP.RADIADOR		1
	MANG.RESERVATORIO		1
	ADITIVO		3
	ÁGUA DESMINERALIZADA		3
	ABRACADEIRA		4
	JG. VELA		1
	KIT AMORT.DIANT. (COXIM/BAT/COIFA)		2
	KIT AMORT.TRAS. (BAT/COIFA)		2
	DISCO FREIO		2

	PASTILHA FREIO	1
	OLEO FREIO	2

ITEM 10 - VIATURA I-16110

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2019	PLACA: CDR-8262
CHASSIS: 9BGJD7520LB102629		PATRIMÔNIO: 219007611	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16110	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNADÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 62.260,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 37.356,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 15.522,87			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR BATERIA
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL		SUBSTITUIR MANGUEIRA 3 VIAS SUBSTITUIR CANO D'ÁGUA "L" SUBSTITUIR CANO D'ÁGUA FLAUTA SUBSTITUIR CONEXÃO ÁGUA COLETOR SUBSTITUIR BOMBA D'ÁGUA SUBSTITUIR RESERVATÓRIO ÁGUA RADIADOR SUBSTITUIR TAMPA RESERV. LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO

	SUSPENSÃO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR BIELETAS SUBSTITUIR TERMINAIS DE DIREÇÃO SUBSTITUIR AMORTECEDORES DIANT. SUBSTITUIR KIT BATENTE, COXIM E COIFA SUBSTITUIR AMORTECEDORES TRAS. SUBSTITUIR KIT AMORTECEDORES TRAS. SUBSTITUIR COXIM AMORT. TRAS.	
	FREIO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR TAMBORES DE FREIO TRAS. SUBSTITUIR SAPATAS DE FREIO SUBSTITUIR CILINDROS DE RODAS SUBSTITUIR JG DE MOLAS PATIM SUBSTITUIR ÓLEO DE FREIO SANGRIA DO SISTEMA DE FREIO	
	MOTOR DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR JG DE VELA SUBSTITUIR CABOS DE VELAS SUBSTITUIR FILTRO DE COMBUSTÍVEL SUBSTITUIR KIT ANEL BICO INJET. SUBSTITUIR JUNTA CORPO BORBOLETAS SUBSTITUIR CORREIA DENTADA E ROLAMENTO SUBSTITUIR CORREIA DO ALTERNADOR E ROLAMENTO SUBSTITUIR COXIM DO MOTOR LE. E LD. SUBSTITUIR COXIM DO CÂMBIO LIMPEZA DO CORPO DE BORBOLETAS LIMPEZA DOS BICOS INJETORES	
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO DO AUTOMÓVEL	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO SUBSTITUIR CAIXA DE DIREÇÃO SUBSTITUIR BOLA DO CÂMBIO	
	CLIMATIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL	SUBSTITUIR FILTRO DO AR-CONDICIONADO HIGIENIZAR AR-COND.	
	PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	
BATERIA 60AMPERES		01	
FILTRO AR MOTOR		01	
FILTRO AR CONDICIONADO		01	
FILTRO COMBUSTIVEL		01	
MANGUEIRA 3 VIAS		01	
CANO AGUA (L)		01	
CANO AGUA (FLAUTA)		01	

	CONEXAO AGUA COLETOR	01
	BOMBA AGUA	01
	BOLA CAMBIO	01
	RESERV.AGUA RAD.	01
	TAMPA RESERV.AGUA	01
	ADITIVO	03
	AGUA DESMINERALIZADA	03
	ABRACADEIRA	06
	JG.VELA	01
	JG.CABO VELA	01
	KIT ANEL BICO INJETOR	01
	JUNTA CORPO BORBOLETA	01
	CORREIA DENTADA	01
	ROLAM.CORREIA DENTADA	01
	CORREIA ALTERNADOR	01
	ROLAM.CORREIA ALTERNADOR	01
	SAPATA FREIO	01
	TAMBOR FREIO	02
	CILINDRO RODA TRASEIRO	02
	JG.MOLAS PATIM	02
	BIELETA	02
	COXIM MOTOR LD	01
	COXIM MOTOR LE	01
	COXIM CAMBIO	01
	TERMINAL DIRECAO	02
	SONDA LAMBDA PRIMARIA	01
	SONDA LAMBDA SECUNDÁRIA	01
	OLEO FREIO	02
	AMORT.DIANT	02
	KIT AMORT.DIANT.(COXIM/BAT/COIFA)	02
	AMORT.TRAS.	02
	COXIM AMORT.TRAS.	02
	KIT AMORT.TRAS.(BAT/COIFA)	02
	CAIXA DIRECAO	01

ITEM 11 - VIATURA I-16309

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2019	PLACA: EWJ7226
CHASSIS: 9BGJD7520LB103345		PATRIMÔNIO: 219007644	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16309	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 62.260,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 37.356,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA MINAS GERAIS nº 3538, CENTRO		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 7.841,00			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBSTITUIR BATERIA
	MOTOR AUTOMÓVEL	DE	SUBST COXIM DO MOTOR LE E LD SUBST COXIM DO CÂMBIO
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	DE	SUBST AMORTECEDORES DIANT SUBST KIT AMORT. DIANT(COXIM, BATENTE E COIFA) SUBST BANDEJAS DIANT LE E LD SUBST BIELETAS SUBST AMORTECEDORES TRASEIROS SUBST KIT AMORT. TRASEIRO (COXIM, BATENTE E COIFA)
	ESCAPE AUTOMÓVEL	DE	SUBST TUBO PRIMÁRIO DO ESCAPE SUBST JUNTA DO ESCAPE
	PNEUMÁTICO AUTOMÓVEL	DE	SUBST PNEUS 195/65R15 (FORNECIDOS PELA PM) ALINHAR E BALANCEAR

PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	Quantidade
	AMORTECEDORES DIANTEIROS	02
	KIT AMORT DIANT (COXIM/BAT/COIFA)	02
	BANDEJA LD	01
	BANDEJA LE	01
	COXIM MOTOR LE	01
	COXIM MOTOR LD	01
	BIELETA	02
	AMORTECEDORES TRASEIROS	02
	KIT AMORT TRAS (COXIM/BATENTE/COIFA)	02
	BATERIA 60 AH	01
	TUBO ESCAPE PRIMÁRIO	01
	JUNTA ESCAPE	01

ITEM 12 - VIATURA I-16320

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2022	PLACA: FPQ5A93
CHASSIS: 9BGJP7520PB172593		PATRIMÔNIO: 222082943	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16320	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS nº 3538-CENTRO.		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 15.522,87			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ARREFECIMENTO	SUBST. RESERVATÓRIO RAD.
		SUBST. TAMPA RESERV.
		SUBST. CANO AGUA(L)
		SUBST. CANO AGUA (FLAUTA)
		SUBST. CONEXÃO AGUA COLETOR
		SUBST. MANGUEIRA 3 VIAS
		SUBST. ABRAÇADEIRA

		SUBST. ADITIVO
		SUBST. AGUA DESMINERALIZADA
		SUBST. BOMBA AGUA
		SUBST. VALVULA TERMOSTATICA
		SUBST. MANGUEIRA S
		SUBST. CONEXAO BOMBA AGUA
		LIMPEZA SISTEMA ARREFECIMENTO
	FREIO	SUBST. DISCO FREIO
		SANGRIA SISTEMA DE FREIO
		SUBST. PASTILHAS FREIO
		SUBST. OLEO FREIO
		SUBST. TAMBOR FREIO
		SUBST. SAPATA FREIO
		SUBST. REGULADOR FREIO
		SUBST. JG MOLAS PATIM
		SUBST. CILINDRO RODA
		SUBST. CILINDRO MESTRE FREIO
	SUSPENSÃO	SUBST. AMORT.DIANTEIRO
		SUBST. KIT AMORT DIANTEIRO(COXIM/BAT/COIFA)
		SUBST. BANDEJA LD
		SUBST. BANDEJA LE
		SUBST. BIELETA
		SUBST. COXIM MOTOR LD
		SUBST. COXIM CAMBIO
		SUBST. AMORT. TRASEIRO
		SUBST. COXIM AMORTECEDOR TRA.
		SUBST. KIT AMORT.TRAS(BAT/COIFA)
	ALIMENTAÇÃO	SUBST. BOIA COMBUSTIVEL
	PNEUMATICO	SUBST. PNEU 205/60R16
		ALINHAR BALANCEAR
PEÇA RELACIONAS (GENUINA / ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	Quantidade
	RESERVATÓRIO RAD.	1
	TAMPA RESERV.	1
	CANO AGUA(L)	1
	CANO AGUA (FLAUTA)	1
	CONEXÃO AGUA COLETOR	1

	MANGUEIRA 3 VIAS	1
	ABRAÇADEIRA	6
	ADITIVO	3
	AGUA DESMINERALIZADA	3
	BOMBA AGUA	1
	VALVULA TERMOSTATICA	1
	MANGUEIRA S	1
	CONEXAO BOMBA AGUA	1
	DISCO FREIO	2
	PASTILHAS FREIO	1
	OLEO FREIO	2
	TAMBOR FREIO	2
	SAPATA FREIO	2
	REGULADOR FREIO	2
	JG MOLAS PATIM	2
	CILINDRO RODA	2
	CILINDRO MESTRE FREIO	1
	AMORT.DIANTEIRO	2
	KIT AMORT DIANTEIRO(COXIM/BAT/COIFA)	2
	BANDEJA LD	1
	BANDEJA LE	1
	BIELETA	2
	COXIM MOTOR LD	1
	COXIM CAMBIO	1
	AMORT. TRASEIRO	2
	COXIM AMORTECEDOR TRA.	2
	KIT AMORT.TRAS(BAT/COIFA)	2
	PNEU 205/60R16	4
	BOIA COMBUSTIVEL	1

ITEM 13 - VIATURA I-16331

DADOS DA VIATURA			
MARCA: VW	MODELO: GOL 1.6 FLEX	ANO: 2019	PLACA: EON-1955
CHASSIS: 9BWAB45U4LT075105		PATRIMÔNIO: 219026950-J	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16331	OPM: 16ºBPMI/3ªCIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 44.964,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 26.978,40	

LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS nº 3538-CENTRO.		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 1.433,66			
SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	SISTEMA ELÉTRICO DO MOTOR DE AUTOMÓVEL	DO DE	SUBSTITUIR BATERIA
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL		SUBSTITUIR RESERVATÓRIO DE EXPANSÃO TAMPA DO RESERVATÓRIO SUBSTITUIR MANGUEIRA 3 VIAS SUBSTITUIR MANGUEIRA S
	ALINHAMENTO DE SUSPENSÃO DO AUTOMÓVEL	DO	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BATERIA 50A		1
	RESERVATORIO DE ÁGUA		1
	TAMPA DO RESERVATORIO		1
	ADITIVO		3
	ÁGUA DESMINERALIZADA		3
	MANGUEIRA 3 VIAS		1
	MANGUEIRA S		1
ABRAÇADEIRA		4	

ITEM 14 - VIATURA I-16336

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2023	PLACA: FZG3D05
CHASSIS: 9BGJP7520PB233785		PATRIMÔNIO: 223001006	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16336	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL:	LIMITE DE GASTOS:	

	R\$ 91.536,00	R\$ 54.921,60
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS, nº. 3538-CENTRO	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA		
Valor estimado da contratação: R\$ 15.207,33		

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBS BATERIA SUBS MOTOR DE PARTIDA
	SUSPENSÃO AUTOMÓVEL	DE	SUBS KIT E AMORT DIANT (COXIM/BATENTE E COIFA) SUBST BANDEJAS DIANT LE E LD SUBS BIELETAS SUBST KIT E AMORT TRASEIRO (COXIM/BAT/COIFA)
	MOTOR AUTOMÓVEL	DE	SUBS FILTRO DE AR DO MOTOR SUBS SENSOR MAP SUBS JG DE VELAS SUBS CABOS DE VELAS SUBS KIT ANEL BICO INJETOR SUBS JUNTA CORPO DE BORBOLETAS SUBS BOBINAS SUBS Sonda LAMBDA PRÉ SUBS Sonda LAMBDA PÓS LIMPEZA DO BICO INJETOR LIMPEZA DO CORPO DE BORBOLETAS
	PNEUMÁTICO AUTOMÓVEL	DE	RODÍZIO, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO
	ESCAPE AUTOMÓVEL	DE	SUBS CATALISADOR SUBS JUNTA CATALISADOR
	PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	
MOTOR DE PARTIDA		01	
SENSOR MAP		01	
JG CABOS DE VELAS		01	

	KIT ANEL BICO INJETOR	01
	JUNTA CORPO DE BORBOLETA	01
	BOBINA	04
	SONDA LAMBDA PRÉ	01
	SONDA LAMBDA PÓS	01
	BATERIA 50 AH	02
	CATALISADOR	01
	JUNTA CATALISADOR	01
	JUNTA COLETOR	01
	FILTRO DE AR MOTOR	01
	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	01
	AMORTECEDORES DIANT	02
	KIT AMORT DIANT (COXIM/BAT/COIFA)	02
	BANDEJA LD	01
	BANDEJA LE	01
	BIELETAS	02
	COXIM DO MOTOR LD	01
	COXIM MOTOR LE	01
	COXIM CÂMBIO	01
	AMORT. TRASEIRO	02
	KIT AMORT. TRAS (COXIM/BAT/COIFA)	02

ITEM 15 - VIATURA I-16330

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2019	PLACA: BXZ-5833
CHASSIS: 9BGJD7520LB102610		PATRIMÔNIO: 219007675	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16330	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA /SP	VALOR VENAL: R\$ 62.260,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 37.356,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS, nº. 3538-CENTRO		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 6.809,66			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	MOTOR	SUBST. CABEÇOTE	
		SUBST. COMANDO VALVULA	
		SUBST. JG.TUCHO	
		SUBST. JG.BALANCIM	
		SUBST. JG.JUNTA SUPERIOR MOTOR	
		SUBST. VEDADOR VALVULA	
		SUBST. RETENTOR COMANDO	
		SUBST. JG.P/FUSO CABEÇOTE	
PEÇA RELACIONAS (GENUINA ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	CABEÇOTE		1
	COMANDO VALVULA		1
	JG.TUCHO		1
	JG.BALANCIM		1
	JG.JUNTA SUPERIOR MOTOR		1

	VEDADOR VALVULA	8
	RETENTOR COMANDO	1
	JG.P/FUSO CABEÇOTE	1

ITEM 16 - VIATURA I-16314

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2019	PLACA: FPP-0122
CHASSIS: 9BGJD7520LB107262		PATRIMÔNIO: 219007658	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16314	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 62.260,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 37.356,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS, nº. 3538-CENTRO		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 2.347,66			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	MOTOR	SUBST. RETENTOR BOMBA ÓLEO	
		SUBST. CARTER	
		SUBST. JUNTA CARTER	
		SUBST. BOMBA ÓLEO	
	PNEUMATICO	SUBST.PNEUS	
		ALINHAR BALANCEAR	
PEÇA RELACIONAS	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	RETENTOR BOMBA ÓLEO		1
	CARTER		1
	JUNTA CARTER		1

(GENUINA ORIGINAL)	/ BOMBA ÓLEO	1
--------------------	--------------	---

ITEM 17 - VIATURA I-16333

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2019	PLACA: FZI3923
CHASSIS: 9BGJD7520LB149153		PATRIMÔNIO: 219023502-C	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16333	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 62.260,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 37.356,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS nº 3538-CENTRO		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 13.988,66			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	FREIO DE AUTOMÓVEL	SUBS DISCOS DE FREIO SUBS PASTILHAS DE FREIO SUBS TAMBORES DE FREIO SUBS REGULADOR DE FREIO TRAS SUBS MOLA DO PATIM SUBS CILINDRO DE RODA TRAS SUBS CILINDRO MESTRE SANGRIA DO SIST FREIO

	ALIMENTAÇÃO DE AUTOMÓVEL	SUBS JG DE VELAS SUBS JG DE CABOS DE VELAS SUBS JUNTA CORPO DE BORBOLETA SUBS BICOS INJETORES SUBS Sonda LAMBDA PRÉ SUBS Sonda LAMBDA PÓS LIMPEZA CORPO DE BORBOLETAS	
	MOTOR DE AUTOMÓVEL	SUBS CORREIA DO ALTERNADOR	
	CLIMATIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL	SUBS COMPRESSOR AR-COND SUBS CONDENSADOR AR-COND SUBS VÁLVULA EXPANSÃO SUBS RESITÊNCIA VENTONHA SUBS KIT ANÉIS DAS MANGUEIRAS SUBS FILTRO AR-COND RECARGA DE GÁS AR-COND HIGIENIZAR AR-COND	
PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	DISCO DE FREIO		02
	PASTILHAS DE FREIO		01
	ÓLEO DE FREIO		02
	JG. SAPATAS DE FREIO		01
	TAMBOR DE FREIO		02
	REGULADOR DE FREIO		02
	JOGO DE MOLAS PATIM FREIO		02
	CILINDRO DE RODA		02
	CILINDRO MESTRE		01
	JG DE VELAS		01

	JG DE CABOS DE VELAS	01
	JUNTA CORPO DE BORBOLETAS	01
	BICO INJETOR	04
	SONDA LAMBDA PRÉ	01
	SONDA LAMBDA PÓS	01
	COMPRESSOR AR-COND	01
	CONDENSADOR AR-COND	01
	VÁLVULA EXPANSÃO	01
	RESISTÊNCIA DA VENTONHA	01
	KIT ANÉIS DAS MANGUEIRAS	01
	CORREIA DO ALTERNADOR	01
	FILTRO AR-COND	01

ITEM 18 - VIATURA I-16311

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2022	PLACA: EDI1C87
CHASSIS: 9BGJP7520NB176979		PATRIMÔNIO: 222010227	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16311	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS nº 3538-CENTRO.		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 13.178,33			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ALIMENTAÇÃO	SUBST. BOMBA DE COMBUSTIVEL
		SUBST. FILTRO COMB.
		SUBST. FILTRO AR MOTOR

		SUBST. JG.CABO VELAS	
		SUBST. JG.VELAS	
		SUBST. JUNTA CORPO BORBOLETA	
		SUBST. KIT ANEL BICO INJETOR	
		LIMPEZA BICO INJETOR	
		LIMPEZA CORPO DE BORBOLETA	
		ELETRO	SUBST. BATERIA 50 A
	SUSPENSÃO	SUBST. BANDEJA LD	
		SUBST. ARTICULAÇÃO DIREÇÃO	
		SUBST. TERMINAL DIREÇÃO	
		SUBST. BIELETA	
		SUBST. AMORT.DIANT.	
		SUBST. KIT AMORTECEDOR DIANT.(COXIM/BAT/COIFA)	
		SUBST. COXIM MOTOR LD	
	FREIO	SUBST. SAPATA FREIO TRASEIRO	
		SUBST. TAMBOR FREIO TRASEIRO	
		SUBST. CILINDRO RODA	
		SUBST. REGULADOR FREIO	
		SUBST. JG.MOLAS PATIM	
		SUBST. OLEO FREIO	
		SANGRIA SISTEMA FREIO	
	MOTOR	SUBST. RETENTOR COMAND.VALVULA	
		SUBST. RETENTOR DIANT.VIRABREQUIM	
	ARREFECIMENTO	SUBST. RADIADOR	
		SUBST. ADITIVO	
		LIMPEZA SISTEMA DE ARREFECIMENTO	
		SUBST. AGUA DESMINERALIZADA	
		SUBST. MANGUEIRA 3 VIAS	
		SUBST. ABRAÇADEIRA	
	PNEUMATICO	ALINHAR E BALANCEAR	
PEÇA RELACIONAS (GENUINA ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	BOMBA DE COMBUSTIVEL		1
	FILTRO COMB.		1
	FILTRO AR MOTOR		1
	JG.CABO VELAS		1
	JG.VELAS		1
	JUNTA CORPO BORBOLETA		1

	KIT ANEL BICO INJETOR	1
	BATERIA 50 A	1
	BANDEJA LD	1
	ARTICULAÇÃO DIREÇÃO	2
	TERMINAL DIREÇÃO	2
	BIELETA	2
	AORT.DIANT.	2
	KIT AMORTECEDOR DIANT.(COXIM/BAT/COIFA)	2
	COXIM MOTOR LD	1
	SAPATA FREIO TRASEIRO	1
	TAMBOR FREIO TRASEIRO	2
	CILINDRO RODA	2
	REGULADOR FREIO	2
	JG.MOLAS PATIM	2
	OLEO FREIO	2
	RETENTOR COMAND.VALVULA	1
	RETENTOR DIANT.VIRABREQUIM	1
	RADIADOR	1
	ADITIVO	3
	AGUA DESMINERALIZADA	3
	MANGUEIRA 3 VIAS	1
	ABRAÇADEIRA	6

ITEM 19 - VIATURA I-16308

DADOS DA VIATURA			
MARCA:RENAULT	MODELO: DUSTER	ANO:2020	PLACA: FRX1I74
CHASSIS: 93YHJD209NJ114410		PATRIMÔNIO: 221039397	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16308	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 83.316,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 49.989,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS nº 3538-CENTRO		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 6.797,00			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	ARREFECIMENTO DE AUTOMÓVEL		SUBS VÁLVULA TERMOSTÁTICA SUBS BOMBA D'ÁGUA LIMPEZA DO SISTEMA ARREF. SUBS RADIADOR SUBS MANGUEIRA SUP RADIADOR SUBS MANGUEIRA INF DO RADIADOR SUBS ELETROVENTILADOR
	ELÉTRICA AUTOMÓVEL	DE	SUBS INTERRUPTOR VIDRO PORTA LE
PEÇA RELACIONAS (GENUINA ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		Quantidade
	INTERRUPTOR VIDRO DA PORTA LE		01
	VÁLVULA TERMOSTÁTICA		01
	BOMBA D'AGUA		01
	ADITIVO RADIADOR		03
	ÁGUA DESMINERALIZADA		03
	ABRAÇADEIRAS		04
	RADIADOR		01
	MANGUEIRA SUP RADIADOR		01

	MANGUEIRA INF. RADIADOR	01
	ELETROVENTILADOR	01

ITEM 20 - VIATURA I-16310

DADOS DA VIATURA			
MARCA:RENAULT	MODELO: DUSTER	ANO:2021	PLACA: GEH4G36
CHASSIS: 93YHJD200NJ114716		PATRIMÔNIO: 221039402	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16310	OPM: 16ºBPMI/3ª CIA	
MUNICIPIO: VOTUPORANGA/SP	VALOR VENAL: R\$ 83.316,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 49.989,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA: MINAS GERAIS nº 3538-CENTRO		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 7.856,33			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	EMBREAGEM DE AUTOMÓVEL	SUBS KIT EMBREAGEM (PLATÔ/DISCO) SUBS CILINDRO PEDAL EMBREAGEM SUBS ATUADOR DE EMBREAGEM
	MOTOR DE AUTOMÓVEL	SUBS RETENTOR DO VOLANTE SUBS RETENTOR LATERAL DO CÂMBIO SUBS FILTRO DE AR DO MOTOR SUBS FILTRO DE COMBUSTÍVEL SUBS ANÉIS DOS BICOS INJETORES SUBS JUNTA DO CORPO DE BORBOLETAS SUBS SONDA LAMBDA SUBS BOBINAS SUBS BICO INJETOR LIMPEZA DOS BICOS INJETORES LIMPEZA DO CORPO DE BORBOLETAS SUBS JOGO DE VELAS

	PNEUMÁTICO DE AUTOMÓVEL	RODÍZIO/ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO
PEÇA RELACIONAS (GENUINA / ORIGINAL)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	Quantidade
	KIT EMBREAGEM (PLATÔ/DISCO)	01
	ATUADOR DE EMBREAGEM	01
	CILINDRO PEDAL EMBREAGEM	01
	ÓLEO DOT 4	01
	RETENTOR DO VOLANTE	01
	RETENTOR LATERAL DO CÂMBIO	01
	ÓLEO CÂMBIO	03
	SILICONE ALTA TEMPERATURA	01
	JG DE VELAS	01
	FILTRO AR MOTOR	01
	FILTRO COMBUSTÍVEL	01
	KIT ANEL BICO INJETOR	01
	JUNTA CORPO BORBOLETAS	01
	SONDA LAMBIDA	01
	BOBINA	04
	BICO INJETOR	01

ITEM 21 - VIATURA I-16125

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: SPIN	ANO: 2022	PLACA: GHR-3H36
CHASSIS: 9BGJP7520NB177116		PATRIMÔNIO: 222010220	
Combustível: FLEX	Prefixo: I-16125	OPM: 16ºBPMI/1ª CIA	
MUNICIPIO: FERNANDÓPOLIS/SP	VALOR VENAL: R\$ 91.536,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 54.921,60	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: Rua Maria Batista nº 177		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM GILMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA			
Valor estimado da contratação: R\$ 12.653,62			

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
	PNEUMATICO	SUBST. PNEU 205/60R16
		ALINHAR E BALANCEAR
	ELETRICO	SUBST. BATERIA 50 A
		SUBST. INTERRUPTOR VIDRO ELETRICO
		SUBST. MODULO DO VIDRO ELETRICO LE
	MOTOR	SUBST. FILTRO AR MOTOR
	CLIMATIZAÇÃO	SUBST. FILTRO AR COND.
		HIGIENIZAR AR COND.
	FREIO	SANGRIA SISTEMA FREIO
		SUBST. CILINDRO MESTRE FREIO
		SUBST. DISCO FREIO
		SUBST. PASTILHA FREIO
		SUBST. OLEO FREIO
	MOTOR	SUBST. CORREIA DENTADA
		SUBST. ROLAMEN.CORREIA DENTADA
		SUBST. CORREIA ALTERNADOR
		SUBST. ROLAM.CORREIA ALTERNADOR
	FUNILARIA	SUBST. MAÇANETA EXTERNA PORTA LE.
	CAMBIO	SUBST. OLEO CAMBIO

PEÇAS RELACIONADAS (Genuínas/ Originais)	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO	Quantidade
	PNEU 205/60R16	4
	BATERIA 50 A	2
	INTERRUPTOR VIDRO ELETRICO	1
	MODULO DO VIDRO ELETRICO LE	1
	FILTRO AR MOTOR	1
	FILTRO AR COND.	1
	CILINDRO MESTRE FREIO	1
	DISCO FREIO	2
	PASTILHA FREIO	1
	OLEO FREIO	2
	CORREIA DENTADA	1
	ROLAMEN.CORREIA DENTADA	1
	CORREIA ALTERNADOR	1
	ROLAM.CORREIA ALTERNADOR	1
	MAÇANETA EXTERNA PORTA LE.	1
	OLEO CAMBIO	12

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Contratação de serviços de manutenção de Viatura com fornecimento de mão de obra e peças e materiais necessários para o reparo conforme TR, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados da emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.24.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 175 e apêndice deste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar: ETP nº 175.

Garantia da contratação

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.4 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5 O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no(s) veículo(s) oficial(is) **somente poderá ser iniciada após a assinatura do contrato**, sob pena do fornecedor não receber o pagamento pelos serviços, em tese, executados;

5.2. Os serviços serão executados nos endereços indicados pelos Órgãos Integrantes/Participantes, os quais serão indicados na Ordem de Execução de Serviços;

5.3. **Nos casos de menor complexidade, a critério do Gestor, os serviços poderão ser executados na sede da Contratante por intermédio de equipe volante da Contratada, composta por técnicos e munida de todo o ferramental necessário para a execução dos serviços, devidamente identificados, sem ônus para a Contratante;**

5.4. O prazo para a execução do serviço será de 30(trinta) dias;

5.4.1 **Os veículos contemplados nos grupos, após a emissão da nota de empenho, deverão ser retirados de guincho pela empresa ganhadora do certame na sede da 1ª Cia PM (Fernandópolis), na sede da 3ª Cia PM (Votuporanga), todos do 16º BPMI, após a execução dos serviços contratados, retornarão também de guincho para a sede do 16º BPMI**

5.5. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido, observadas as condições técnicas exigidas para o objeto contratado e obrigações do fornecedor;

5.6. O Gestor de Contrato e fiscais nomeados pelos Órgãos Integrantes/Participantes poderão acompanhar durante o horário comercial de funcionamento da contratada e terceirizadas desta, a qualquer momento e sem prévio aviso, o andamento dos serviços contratados, a fim de aferir a qualidade e cumprimento das condições previstas neste Termo;

5.7. Todos os fatos decorrentes dos serviços deverão ser comunicados ao Gestor de Contrato;

5.8. É proibido à contratada, sob qualquer pretexto, manter, estacionar, parar, guardar, realizar testes nos veículos oficiais, objetos deste certame, em logradouros públicos;

5.9. A fiscalização por parte do Gestor e sua equipe de fiscais não excluem e nem reduzem a responsabilidade da contratada, no tocante à qualidade dos serviços prestados e por danos causados à Administração;

5.10. Para a perfeita execução dos serviços e manutenção, o fornecedor deverá observar as condições adiante expostas, consideradas essenciais para o cumprimento do objeto da, as quais serão inspecionadas pelo Gestor do Contrato e fiscais da Administração a qualquer momento.

5.10.1. DA APLICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS:

5.10.1.1. A aplicação de peças e acessórios, nos termos do objeto deste certame, possui natureza indispensável para a concretização dos serviços de manutenção, quando o sistema mecânico do veículo possui dependência daquela para o seu perfeito funcionamento.

5.10.1.2. Com base na norma ABNT NBR 15296:2005, para efeitos deste certame **peça de reposição original** será destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo **mesmo processo de fabricação (tecnologia)**, apresentando as **mesmas especificações técnicas e qualidade** da peça que substitui.

5.10.1.3. O fornecedor deverá aplicar peças de reposição originais, nos termos do subitem 5.10.1.2., na execução dos contratos.

5.10.1.4. essa aplicação é necessária pela garantia de qualidade que este produto proporciona ao resultado final dos serviços prestados, assim como, por assegurar maior eficácia na fiscalização, garantindo maior economicidade à Administração.

Locais da prestação dos serviços:

ORGÃO	ENDEREÇO
-------	----------

1ª Cia PM Rua Maria Batista, 177 Fernandópolis/SP,
--

3ª Cia PM Rua Minas Gerais, 3538 Votuporanga/SP

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.11. O **prazo de garantia** da mão de obra e das peças e acessórios aplicados em decorrência das contratações será de no mínimo **06 (seis) meses**, mediante termo de garantia a ser entregue na conclusão dos serviços, juntamente com a Nota Fiscal;

5.11.1. A qualquer tempo a contratada será responsável por vícios constatados pela Administração na execução dos contratos, devendo para tanto repará-los, sem prejuízo à aplicação das sanções cabíveis;

5.11.2. Concluídos os serviços contratados, deverá o fornecedor entregar todas as peças e acessórios substituídos, mesmo que inaproveitáveis, com indicação clara e segura, por meio de acondicionamento resistente, com etiqueta, constando a identificação do veículo, o número da Nota de Empenho e da Nota Fiscal.

5.11.3 Deverá também entregar as embalagens das peças e acessórios de reposição originais aplicados nos

veículos e nota fiscal de origem (original e cópia) das peças aplicadas.

5.11.4. Constatadas irregularidades na execução dos serviços contratados, o Contratante poderá:

5.11.4.1. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis ;

5.11.4.2. na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

5.11.4.3. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis ;

5.11.4.4. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

5.11.4.5. rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua adequação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.11.4.6. No caso de constatadas irregularidades previstas nos subitens anteriores, poderá o Gestor do Contrato, diante dos casos de menor complexidade, conforme subitem 5.12. deste termo, solicitar que sejam sanadas pela Contratada, na sede da Contratante, utilizando de equipe volante, composta por técnicos e munida de ferramental necessário para a resolução do problema, sem custo para a Contratante;

5.11.4.7. No caso de acionamento de garantia descrita no subitem 5.12., poderá o Gestor do Contrato, diante dos casos de menor complexidade, solicitar que seja prestada na sede da Contratante, utilizando-se a Contratada de equipe volante, nos termos do subitem anterior, sem custo para a Contratante

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto no local da execução do objeto durante o período de 30 dias.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo (s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º](#)).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços da planilha demonstrativa dos serviços contratados para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20 O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor

nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.23 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#) ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), artigo 17, parágrafo único, 6).

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017](#), c/c a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022](#), e o artigo 1º, VII, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.26. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, II e III).

6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirá-se, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela [Consolidação das Leis do Trabalho](#) (CLT):

6.32.1. no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.32.1.3. exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços; e

6.32.1.4. cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m);

6.32.2. até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.32.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.32.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.32.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.32.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.32.3. quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (artigo 50 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

6.32.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.32.3.2. cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

6.32.3.3. cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de

recibos de depósitos bancários;

6.32.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, Vale alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigada por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.32.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.32.4. o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.32.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.32.4.2. documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.32.4.3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.32.4.4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.32.4.5. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (artigo 50 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.34. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.35 O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da [CLT](#), ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.36.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da [CLT](#);

6.36.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.36.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

- 6.37. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.38. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.41. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50 e 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.42. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (artigo 121, § 3º, inciso II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 6.42.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.
- 6.42.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.
- 6.42.1.2 Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.
- 6.43. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.44. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.45. A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.46. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.47. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.
- 6.48. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal

administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.49. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso I do art. 2º).

6.50. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, IX).

6.51. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

6.52. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VIII).

6.53. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VII e parágrafo único).

6.54. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **30 (trinta)** dias], pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#), e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o

ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar

no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser

encaminhado ao gestor do contrato;

7.7.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes

aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre

outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado

ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas

expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e

/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que

sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento

Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os

testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis .

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação

das penalidades cabíveis.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter

o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à

fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo

encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do

recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a

verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo

detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do

cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº](#)

[68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

7.14.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização

e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as

cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com

base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.14.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato

dimensionado pela fiscalização; e

7.14.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e

quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº](#)

[14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertence

à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de

inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e

pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez)

dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma

desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de

diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18.1 O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.19.1 o prazo de validade;

7.19.2 a data da emissão;

7.19.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.19.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.19.5 o valor a pagar; e

7.19.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus

ao Contratante;

7.21 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da

regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação

mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das

condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação

em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder

Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de

26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.23 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma

vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.24 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.27 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.28 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o artigo 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.29 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.29.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da [Lei estadual nº 12.799, de](#)

2008.

7.30 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.31.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. Regime de Execução;

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação;

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor);

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato

constitutivo da filial,

sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a

atividade assim o exigir.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação

respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista;

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da

sede do fornecedor;

Outras comprovações

8.22. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo

117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

9.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UGE/UASG 180160;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 180422;

IV) Elemento de Despesa: 33903985;

9.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício

(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e

liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São José do Rio Preto, 30 de janeiro de 2025.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 9.598,86 (Nove Mil Quinhentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Seis Centavos) para o grupo 01, conforme custos unitários apostos na tabela acima e Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO ALEXANDRE DE PÁDUA

Agente

de

contratação

RODRIGO ANTONIO MARTIN MERLOTI
Cb PM 992324-1- Auxiliar MOTOMEC

ANEXO I.2

TERMO DE REFERÊNCIA 054/2026

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 5**Processo Administrativo nº [057.00091167/2026-45](#)

Termo de Referência nº 54 /2026

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de viatura do 30º BPM/I, com o fornecimento total de mão-de-obra especializada e peças originais e/ou genuínas**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	SIAFÍSICO	UNID. MED.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	SERV. DE MAN. VTR 26-172	3565	126721	Un	1	R\$ 24.003,00	R\$ 24.003,00
02	SERV. DE MAN. VTR I-30004	3565	126721	Un	1	R\$ 23.520,00	R\$ 23.520,00
03	SERV. DE MAN. VTR I-30017	3565	126721	Un	1	R\$ 35.170,00	R\$ 35.170,00
				VALOR TOTAL		R\$ 82.693,00	

ITEM 01 – VIATURA 26-172

DADOS DA VIATURA			
MARCA: CITROEN	MODELO: JUMPER F35LH 23S	ANO: 2015	PLACA: FLT-3005
CHASSIS: 935ZCWMNCF2148622		PATRIMÔNIO: 225036752	
Combustível: DIESEL	Prefixo: 26-172	OPM: 30ºBPMI –FORÇA TÁTICA	
MUNICIPIO: CATANDUVA/SP	VALOR VENAL: R\$ 103.310,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 61.986,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA OLÍMPIA, Nº 97 - VL GUZZO – CATANDUVA/SP			PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM LUCAS CESAR RIBEIRO OLHER			
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 24.003,00			
SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	SUSPENSÃO UTILITÁRIO	SUBS.AMORTECEDORES DIANTEIROS	
	SUSPENSÃO UTILITÁRIO	SUB.AMORTECEDORES TRASEIROS	
	SUSPENSÃO UTILITÁRIO	SUB. KIT BATENTES AMORT. ESQ. E DIR.	
	FREIO UTILITÁRIO	SUB. DISCO DE FREIO DIANTEIRO	
	FREIO UTILITÁRIO	SUB. DISCO DE FREIO TRASEIRO	
	FREIO UTILITÁRIO	SUB. JG DE PASTILHAS DE FREIOS DIANT	
	FREIO UTILITÁRIO	SUB. JG DE PASTILHAS DE FREIOS TRAS.	
	FREIO UTILITÁRIO	SUB. PINÇA DE FREIO DIANTEIRA DIR.	
	FREIO UTILITÁRIO	SUB. PINÇA DE FREIO DIANTEIRA TRAS.	
	REPARO EM MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. KIT CORREIA DENTADA	
	REPARO EM MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. CORREIA DO AR CONDICIONADO	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. ADITIVO RADIADOR	
	SIST. DE CLIMATIZAÇÃO UTILITARIO	SUB. FILTRO DE AR	
	SIST. DE CLIMATIZAÇÃO UTILITARIO	SUB. FILTRO DE AR CONDICIONADO	
	LUBRIFICAÇÃO DE UTILITÁRIO	SUB. ÓLEO DE CÂMBIO	
	LUBRIFICAÇÃO DE UTILITÁRIO	SUB. ÓLEO DE MOTOR	
	LUBRIFICAÇÃO DE UTILITÁRIO	SUB. FILTRO DE ÓLEO	
	ALIMENTAÇÃO DE UTILITÁRIO	SUB. FILTRO DE COMBUSTÍVEL	
	ALIMENTAÇÃO DE UTILITÁRIO	SUB. PEDAL ACELERADOR	
	SISTEMA ELÉTRICO UTILITÁRIO	SUB. BATERIA	
	SISTEMA ELÉTRICO UTILITÁRIO	SUB. KIT FAROL DE MILHA	
PEÇAS RELACIONADAS	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		QUANTIDADE
	AMORTECEDORES DIANTEIROS		02
	AMORTECEDORES TRSEIROS		02
	. KIT BATENTES AMORT. DIREITO		01
	. KIT BATENTES AMORT. ESQUERDO		01

	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	02
	DISCO DE FREIO TRASEIRO	02
	JG DE PASTILHAS DE FREIOS DIANT	01
	JG DE PASTILHAS DE FREIOS TRAS.	01
	PINÇA DE FREIO DIANTEIRA DIR.	01
	PINÇA DE FREIO DIANTEIRA TRAS.	01
	KIT CORREIA DENTADA	01
	CORREIA DO AR CONDICIONADO	01
	ADITIVO RADIADOR	03
	FILTRO DE AR	01
	FILTRO DE AR CONDICIONADO	01
	ÓLEO DE CÂMBIO 75W80	3,5
	ÓLEO DE MOTOR 05W30	06
	FILTRO DE ÓLEO	01
	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	01
	PEDAL ACELERADOR	01
	BATERIA 95AH 12V	01
	KIT FAROL DE MILHA	02

ITEM 02 - VIATURA I-30004

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: TRAILBLAZER 2.8	ANO: 2022	PLACA: CFZ-4A02
CHASSIS: 9BG156FKOPC03189		PATRIMÔNIO: 222001848	
Combustível: DIESEL	Prefixo: I-30004	OPM: 30ºBPMI – FORÇA TÁTICA	
MUNICÍPIO: CATANDUVA/SP	VALOR VENAL: R\$ 178.080,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 106.848,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA OLÍMPIA, Nº 97 - VL GUZZO – CATANDUVA/SP		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM LUCAS CESAR RIBEIRO OLHER			
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 23.520,00			
SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. MANG. DE ENTRADA INTERCOOLER	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. MANGUEIRA DE SAIDA INTERCOOLER	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. RADIADOR DE ÓLEO	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. JUNTA DO RADIADOR DE ÓLEO	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. ADITIVO RADIADOR	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. RESERVATÓRIO DE ÁGUA	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. HÉLICE DA VENTONHA	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. EMBREAGEM VISCOSA	
	LUBRIFICAÇÃO UTILITÁRIO	SUB. ÓLEO DE MOTOR	
	LUBRIFICAÇÃO UTILITÁRIO	SUB. FILTRO DE COMBUSTÍVEL	

	REPARO EM MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. TENSOR DA CORREIA	
	SISTEMA ELÉTRICO UTILITÁRIO	SUB. CORREIA DO ALTERNADOR	
	FREIO DE UTILITÁRIO	SUB. DISCO DE FREIO DIANTEIRO	
	FREIO DE UTILITÁRIO	SUB. DISCO DE FREIO TRASEIRO	
	FREIO DE UTILITÁRIO	SUB. JG DE PASTILHAS DE FREIO DIANT.	
	FREIO DE UTILITÁRIO	SUB. JG DE PASTILHAS DE FREIO TRAS.	
	ALINHAMENTO UTILITÁRIO	SUB. PORCA DA RODA COM TAMPA	
PEÇAS RELACIONADAS	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		QUANTIDADE
	MANG. DE ENTRADA INTERCOOLER		01
	MANGUEIRA DE SAIDA INTERCOOLER		01
	RADIADOR DE ÓLEO		01
	JUNTA DO RADIADOR DE ÓLEO		01
	ADITIVO RADIADOR		03
	RESERVATÓRIO DE ÁGUA		01
	HÉLICE DA VENTONHA		01
	EMBREAGEM VISCOSA		01
	ÓLEO DE MOTOR 05W30		06
	FILTRO DE COMBUSTÍVEL		01
	TENSOR DA CORREIA		01
	CORREIA DO ALTERNADOR		01
	DISCO DE FREIO DIANTEIRO		02
	DISCO DE FREIO TRASEIRO		02
	JG DE PASTILHAS DE FREIO DIANT.		01
	JG DE PASTILHAS DE FREIO TRAS.		01
	PORCA DA RODA COM TAMPA		24

ITEM 03 - VIATURA I-30017

DADOS DA VIATURA			
MARCA: GM	MODELO: TRAILBLAZER 2.8	ANO: 2022	PLACA: ECH-3161
CHASSIS: 9BG156FKONC446430		PATRIMÔNIO: 222004985	
Combustível: DIESEL	Prefixo: I-30017	OPM: 30ºBPMI – FORÇA TÁTICA	
MUNICIPIO: CATANDUVA/SP	VALOR VENAL: R\$ 178.080,00	LIMITE DE GASTOS: R\$ 106.848,00	
LOCAL ONDE SE ENCONTRA: RUA OLÍMPIA, Nº 97 - VL GUZZO – CATANDUVA/SP		PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 15 (quinze) dias úteis	
RESPONSÁVEL: 1º TEN PM LUCAS CESAR RIBEIRO OLHER			
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 35.170,00			
SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. MANG. DE ENTRADA INTERCOOLER	

	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. MANGUEIRA DE SAIDA INTERCOOLER	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. BOMBA DE ÁGUA	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. RETENTOR TIPO JUNTA	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. ADITIVO RADIADOR	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. HÉLICE DA VENTONHA	
	ARREFECIMENTO UTILITÁRIO	SUB. EMBREAGEM VISCOSA	
	LUBRIFICAÇÃO UTILITÁRIO	SUB. ÓLEO DE MOTOR	
	LUBRIFICAÇÃO UTILITÁRIO	SUB. FILTRO DE COMBUSTÍVEL	
	REPARO MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. TENSOR DA CORREIA	
	REPARO MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. KIT CORREIA DENTADA	
	REPARO MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. POLIA TENSOR ESTRIADA	
	REPARO MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. POLIA GUIA TENSOR 76MM	
	REPARO MOTOR DE UTILITÁRIO	SUB. POLIA GUIA 70MM	
	SISTEMA ELÉTRICO UTILITÁRIO	SUB. CORREIA DO ALTERNADOR	
	ALIMENTAÇÃO DE UTILITÁRIO	SUB. BOMBA INJETORA	
PEÇAS RELACIONADAS	MATERIAS E PEÇAS PARA O SERVIÇO		QUANTIDADE
	MANG. DE ENTRADA INTERCOOLER		01
	MANGUEIRA DE SAIDA INTERCOOLER		01
	BOMBA DE ÁGUA		01
	RETENTOR TIPO JUNTA		01
	ADITIVO RADIADOR		03
	HÉLICE DA VENTONHA		01
	EMBREAGEM VISCOSA		01
	ÓLEO DE MOTOR		06
	FILTRO DE COMBUSTÍVEL		01
	TENSOR DA CORREIA		01
	KIT CORREIA DENTADA		01
	POLIA TENSOR ESTRIADA		02
	POLIA GUIA TENSOR 76MM		02
	POLIA GUIA 70MM		02
	CORREIA DO ALTERNADOR		01
	BOMBA INJETORA		01

1.4. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.4.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Utilização de produtos que não agredem o meio ambiente;

4.1.2. Descarte regular de materiais inservíveis.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezessete) horas.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de execução**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do (a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Contratada.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local (is), conforme item 5.3..

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelo (s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.13. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.14. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.16. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.18. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.19. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.20. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).

6.21. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.22. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.24. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.25. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos

comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.27. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.28. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado, que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.28.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.28.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.28.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.28.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.28.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS);

6.28.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.28.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos

na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

- 6.28.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;
- 6.28.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;
- 6.28.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.28.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e
- 6.28.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- 6.28.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:
 - 6.28.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;
 - 6.28.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;
 - 6.28.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 6.28.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
 - 6.28.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.29. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.30. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção, deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.31. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.32. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.32.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

6.32.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.32.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.33. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.34. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.36. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.37. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não

recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.37.1 O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.38. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.38.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.38.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.38.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.39. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.40. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.41. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.42. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.43. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.44. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.45. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.46. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.47. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.48. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.49. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.50. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1 O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. [Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir]. OU [Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (especificar a legislação que estabelece a exigência)]
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução

Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

c) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.23.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX, de que hum doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

a) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) Caso, a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.28.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor mediano estimado total da contratação é de R\$ 82.693,00 (oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e três reais), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...].

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante o apostilamento.

Catanduva, 24 de fevereiro de 2026.

CLAUDIO ROBERTO DA SILVA

Cb PM – Aux MOTOMEC

ANEXO I.3

ORGANIZAÇÃO DOS 26 ITENS EM 06 GRUPOS

GRUPO 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 01 ITEM 01 E 03					
01	Serv. Manut. Vtr – I-30127	3565	Unidade	1	R\$	R\$
02	Serv. Manut. Vtr – I-30131	3565	Unidade	1	R\$	R\$
03	Serv. Manut. Vtr – 26-172	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 01	R\$

GRUPO 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 02 ITEM 04 AO 09					
04	Serv. Manut. Vtr – I-16103	3565	Unidade	1	R\$	R\$
05	Serv. Manut. Vtr – I-16137	3565	Unidade	1	R\$	R\$
06	Serv. Manut. Vtr – I-16132	3565	Unidade	1	R\$	R\$
07	Serv. Manut. Vtr – I-16138	3565	Unidade	1	R\$	R\$
08	Serv. Manut. Vtr – I-16133	3565	Unidade	1	R\$	R\$
09	Serv. Manut. Vtr – I-16140	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 02	R\$

GRUPO 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 03 ITEM 10 AO 14					
10	Serv. Manut. Vtr – I-16114	3565	Unidade	1	R\$	R\$
11	Serv. Manut. Vtr – I-16124	3565	Unidade	1	R\$	R\$
12	Serv. Manut. Vtr – I-16111	3565	Unidade	1	R\$	R\$
13	Serv. Manut. Vtr – I-16110	3565	Unidade	1	R\$	R\$
14	Serv. Manut. Vtr – I-16309	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 03	R\$

GRUPO 04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 04 ITEM 15 AO 19					
15	Serv. Manut. Vtr – I-16320	3565	Unidade	1	R\$	R\$
16	Serv. Manut. Vtr – I-16331	3565	Unidade	1	R\$	R\$
17	Serv. Manut. Vtr – I-16336	3565	Unidade	1	R\$	R\$
18	Serv. Manut. Vtr – I-16330	3565	Unidade	1	R\$	R\$
19	Serv. Manut. Vtr – I-16314	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 04	R\$

GRUPO 05

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 05 ITEM 20 AO 24					
20	Serv. Manut. Vtr – I-16333	3565	Unidade	1	R\$	R\$
21	Serv. Manut. Vtr – I-16311	3565	Unidade	1	R\$	R\$
22	Serv. Manut. Vtr – I-16308	3565	Unidade	1	R\$	R\$
23	Serv. Manut. Vtr – I-16310	3565	Unidade	1	R\$	R\$
24	Serv. Manut. Vtr – I-16125	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 05	R\$

GRUPO 06

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 06 ITEM 25 E 26					
25	Serv. Manut. Vtr – I-30004	3565	Unidade	1	R\$	R\$
26	Serv. Manut. Vtr – I-30017	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 06	R\$

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

(Processo Administrativo nº 20260194549)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90024/2026, CELEBRADO
ENTRE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO,
POR INTERMÉDIO DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO
INTERIOR CINCO (UGE 180160) E
.....

O Estado de São Paulo / Polícia Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior Cinco, com sede no(a) Av. dos Estudantes, 1980, na cidade de São José do Rio Preto /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0071-67 neste ato representado(a) pelo(a) Coronel de Polícia Militar PAULO HENRIQUE BELTRAMI, nomeado(a) pelo *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 21 de agosto de 2025, publicado(a) no DOE de 22 de agosto de 2025, portador da identificação funcional nº 913820-0 /inscrito no CPF sob o nº 181.448.648-83, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 20260194549 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 160/0020/26 ou Licitação nº 90024/26, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Contratação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIATURA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA CONFORME OS TERMOS DE REFERÊNCIA Nº 036/2026, 044/2026 E 054/2026 sendo 26 itens dividido em 06 grupos**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, dos Termos de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 01 ITEM 01 E 03					
01	Serv. Manut. Vtr – I-30127	3565	Unidade	1	R\$	R\$
02	Serv. Manut. Vtr – I-30131	3565	Unidade	1	R\$	R\$
03	Serv. Manut. Vtr – 26-172	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 01	R\$

GRUPO 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 02 ITEM 04 AO 09					
04	Serv. Manut. Vtr – I-16103	3565	Unidade	1	R\$	R\$
05	Serv. Manut. Vtr – I-16137	3565	Unidade	1	R\$	R\$
06	Serv. Manut. Vtr – I-16132	3565	Unidade	1	R\$	R\$
07	Serv. Manut. Vtr – I-16138	3565	Unidade	1	R\$	R\$
08	Serv. Manut. Vtr – I-16133	3565	Unidade	1	R\$	R\$
09	Serv. Manut. Vtr – I-16140	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 02	R\$

GRUPO 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 03 ITEM 10 AO 14					
10	Serv. Manut. Vtr – I-16114	3565	Unidade	1	R\$	R\$
11	Serv. Manut. Vtr – I-16124	3565	Unidade	1	R\$	R\$
12	Serv. Manut. Vtr – I-16111	3565	Unidade	1	R\$	R\$
13	Serv. Manut. Vtr – I-16110	3565	Unidade	1	R\$	R\$
14	Serv. Manut. Vtr – I-16309	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 03	R\$

GRUPO 04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 04 ITEM 15 AO 19					
15	Serv. Manut. Vtr – I-16320	3565	Unidade	1	R\$	R\$
16	Serv. Manut. Vtr – I-16331	3565	Unidade	1	R\$	R\$
17	Serv. Manut. Vtr – I-16336	3565	Unidade	1	R\$	R\$
18	Serv. Manut. Vtr – I-16330	3565	Unidade	1	R\$	R\$
19	Serv. Manut. Vtr – I-16314	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 04	R\$

GRUPO 05

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 05 ITEM 20 AO 24					
20	Serv. Manut. Vtr – I-16333	3565	Unidade	1	R\$	R\$
21	Serv. Manut. Vtr – I-16311	3565	Unidade	1	R\$	R\$
22	Serv. Manut. Vtr – I-16308	3565	Unidade	1	R\$	R\$
23	Serv. Manut. Vtr – I-16310	3565	Unidade	1	R\$	R\$
24	Serv. Manut. Vtr – I-16125	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 05	R\$

GRUPO 06

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 06 ITEM 25 E 26					
25	Serv. Manut. Vtr – I-30004	3565	Unidade	1	R\$	R\$
26	Serv. Manut. Vtr – I-30017	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 06	R\$

1.2.1. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.2. O Termo de Referência;

1.2.3. O Edital da Licitação;

1.2.4. A Proposta do Contratado; e

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução deste contrato é o de **PREGÃO ELETRÔNICO – MENOR PREÇO POR GRUPO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (QUINZE) DIAS, contados do(a) EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO OU ASSINATURA DO CONTRATO, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das

sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

2) **Multa:** A CONTRATADA estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades pecuniárias, nos casos de inadimplemento contratual, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

1.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao total de **30 (trinta) dias**;

1.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor total do contrato, limitada ao montante de **2% (dois por cento)**, aplicável em caso de inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia contratual;

1.2.1. O atraso superior a **10 (dez) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3. Multa compensatória de 3% (três por cento) do valor total do contrato, pelas infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1;

1.4. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, pela inexecução total do objeto contratual, conforme previsto na alínea “c” do item 12.1;

1.5. Multa de 7% (sete por cento) do valor total do contrato, aplicável à infração prevista na alínea “b” do item 12.1;

1.6. Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, pelas infrações previstas na alínea “d” do item 12.1;

1.7. Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, aplicável à infração descrita na alínea “a” do item 12.1, ressalvadas as hipóteses específicas que deverão ser analisadas pela Administração caso a caso.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

i) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 180160

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 180422

IV. Elemento de Despesa: 33903985

V. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade

de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

**TÍTULO IV
DAS IRREGULARIDADES**

**CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
Lei Federal 14.133/21

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto; 20/02/2024, 10:40 L14133
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm 60/72
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados

públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.20/02/2024, 10:40 L14133
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm 61/72

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

ANEXO IV**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5**

EMPRESA- CNPJ				LOCAL DE ENTREGA		
<i>Razão Social:</i> <i>CNPJ:</i> <i>Endereço:</i> <i>Fone:</i> <i>E-mail:</i> <i>Dados Bancários*:</i>				<i>Conforme Termo de Referência correspondente</i>		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 01 ITEM 01 E 03					
01	<i>Serv. Manut. Vtr – I-30127</i>	<i>3565</i>	<i>Unidade</i>	<i>1</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
02	<i>Serv. Manut. Vtr – I-30131</i>	<i>3565</i>	<i>Unidade</i>	<i>1</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
03	<i>Serv. Manut. Vtr – 26-172</i>	<i>3565</i>	<i>Unidade</i>	<i>1</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
					TOTAL GRUPO 01	R\$

* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, exclusivamente do Banco do Brasil S. A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO IV.2

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5

EMPRESA- CNPJ				LOCAL DE ENTREGA		
Razão Social: CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Dados Bancários*:				Conforme Termo de Referência correspondente		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 02 ITEM 04 AO 09					
04	Serv. Manut. Vtr – I-16103	3565	Unidade	1	R\$	R\$
05	Serv. Manut. Vtr – I-16137	3565	Unidade	1	R\$	R\$
06	Serv. Manut. Vtr – I-16132	3565	Unidade	1	R\$	R\$
07	Serv. Manut. Vtr – I-16138	3565	Unidade	1	R\$	R\$
08	Serv. Manut. Vtr – I-16133	3565	Unidade	1	R\$	R\$
09	Serv. Manut. Vtr – I-16140	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 02	R\$

* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, exclusivamente do Banco do Brasil S. A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO IV.3

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5

EMPRESA- CNPJ				LOCAL DE ENTREGA		
Razão Social: CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Dados Bancários*:				Conforme Termo de Referência correspondente		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 03 ITEM 10 AO 14					
10	Serv. Manut. Vtr – I-16114	3565	Unidade	1	R\$	R\$
11	Serv. Manut. Vtr – I-16124	3565	Unidade	1	R\$	R\$
12	Serv. Manut. Vtr – I-16111	3565	Unidade	1	R\$	R\$
13	Serv. Manut. Vtr – I-16110	3565	Unidade	1	R\$	R\$
14	Serv. Manut. Vtr – I-16309	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 03	R\$

* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, exclusivamente do Banco do Brasil S. A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO IV.4

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5

EMPRESA- CNPJ				LOCAL DE ENTREGA		
Razão Social: CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Dados Bancários*:				Conforme Termo de Referência correspondente		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 04 ITEM 15 AO 19					
15	Serv. Manut. Vtr – I-16320	3565	Unidade	1	R\$	R\$
16	Serv. Manut. Vtr – I-16331	3565	Unidade	1	R\$	R\$
17	Serv. Manut. Vtr – I-16336	3565	Unidade	1	R\$	R\$
18	Serv. Manut. Vtr – I-16330	3565	Unidade	1	R\$	R\$
19	Serv. Manut. Vtr – I-16314	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 04	R\$

* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, exclusivamente do Banco do Brasil S. A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO IV.5

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5

EMPRESA- CNPJ				LOCAL DE ENTREGA		
Razão Social: CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Dados Bancários*:				Conforme Termo de Referência correspondente		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 05 ITEM 20 AO 24					
20	Serv. Manut. Vtr – I-16333	3565	Unidade	1	R\$	R\$
21	Serv. Manut. Vtr – I-16311	3565	Unidade	1	R\$	R\$
22	Serv. Manut. Vtr – I-16308	3565	Unidade	1	R\$	R\$
23	Serv. Manut. Vtr – I-16310	3565	Unidade	1	R\$	R\$
24	Serv. Manut. Vtr – I-16125	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 05	R\$

* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, exclusivamente do Banco do Brasil S. A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO IV.6

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5

EMPRESA- CNPJ				LOCAL DE ENTREGA		
Razão Social: CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Dados Bancários*:				Conforme Termo de Referência correspondente		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 06 ITEM 25 E 26					
25	Serv. Manut. Vtr – I-30004	3565	Unidade	1	R\$	R\$
26	Serv. Manut. Vtr – I-30017	3565	Unidade	1	R\$	R\$
					TOTAL GRUPO 06	R\$

* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, exclusivamente do Banco do Brasil S. A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90024/26, Processo nº 20260194549, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)